

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 30.234 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : P.V.S.
ADV.(A/S) : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO: PAULO VIEIRA DE SOUZA requer a Ação Penal nº. 0002176-18.2017.403.6181, e de seus apensos, que consistem nos Autos nº. 0009163-70.2017.403.6181, 0010745-08.2017.403.6181, e no PIC nº. 1.34.001.00944/2017-90, e nos Autos de Sequestro e Prisão Preventiva nº. 0003906.30.2018.403.6181, e a anulação da ordem de prisão preventiva proferida em seu desfavor.

Narra que, em 28.9.2017, o Supremo julgou procedente a Reclamação 28.413, reconhecendo que os fatos apurados no Inquérito 194/17, Processo 0005637-95.2017.403.6181, da 2ª Vara Federal Criminal de São Paulo, são idênticos aos apurados neste Inquérito 4.428.

Relata que ser réu na Ação Penal nº 0002176-18.2017.403.6181, na qual foi decretada sua prisão preventiva. Sustenta que a ação penal é instruída pelo PIC nº 944, o qual tem o mesmo objeto do Inquérito 4.428.

Acrescenta que o decreto de prisão preventiva é abusivo.

Requer medida liminar, para determinar a avocação da ação penal e dos procedimentos e a libertação do reclamante.

Decido.

No Inquérito 4.428, apura-se o pagamento de vantagens indevidas a partido político, em razão de facilidades para a celebração de um acordo relativo a dívidas referentes à construção do Rodoanel, celebrado entre a DERSA e a CBPO Engenharia Ltda., ligada ao Grupo Odebrecht. O acordo entre a CBPO Engenharia Ltda., ligada ao Grupo Odebrecht, e a DERSA teria ocorrido no início de 2009. De acordo com o depoimento do colaborador, 15% (quinze por cento) de cada parcela seriam repassados ao PSDB. Existe a suspeita de responsabilidade penal de investigados com prerrogativa de foro no STF.

RCL 30234 MC / SP

Na Ação Penal 0002176-18.2017.403.6181, o reclamante foi denunciado, juntamente com outras pessoas sem prerrogativa de foro, por “desvios de recursos públicos do Programa de Reassentamento dos empreendimentos do Rodoanel Sul, Jacu Pêssego e Nova Marginal Tietê”. Não se indica suspeita concreta quanto a autoridade com prerrogativa de foro.

Assim, numa primeira vista, o objeto da investigação e da ação penal é diverso.

A tese da defesa, no sentido de que a conexão decorre do PIC 944, precisa ser melhor esclarecida.

Ante o exposto, indefiro, por ora, a medida liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo reclamado e a à Procuradoria da República em São Paulo, sendo que esta deverá informar sobre o PIC 1.34.001.00944/2017-90.

Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral da República, para parecer.
Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 2018.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente